

1 **Ata da 15ª Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Acessibilidade - CPA,**
2 realizada aos vinte dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, com início às catorze
3 horas e trinta e seis, em segunda chamada, nas dependências do Auditório I da OAB
4 Subseção Santos, situado na Praça José Bonifácio, número cinquenta e cinco, Centro
5 Histórico em Santos, São Paulo. Participantes: **Cristiane Zamari** – CODEP/SEMULHER
6 (Titular), **Tiago Leal dos Santos** – CODEP/SEMULHER (Suplente), **Carolina Maylart de**
7 **Lima** – 1º SIEDI (Titular), **Luciana Cabral de Castro** – 2º SIEDI (Suplente), **Daniella**
8 **Naomi Yamana** – SESERP (Suplente), **Rodrigo Franco Pinto** – SEDURB (Suplente),
9 **Maria Helena Ng** – SEMAM (Suplente), **Mariana Munayer** – SEECTUR (Suplente),
10 **Daniela Santana do Nascimento** – SEDUC (Suplente), **Wilson Roberto dos Reis** –
11 SEMES (Titular), **Vanderlei Hassan** – SECULT (Titular) **Mário Jorge Santos de**
12 **Carvalho Vilhena** – SMS (Titular), **Gilberto José de Oliveira** – SEFIN (Titular), **Luciano**
13 **Marques** – CONDEFI (Titular) e **Daniel Passos Proença** – CAU (Titular). Verificação da
14 lista de presença acostada a esta Ata, que foi assinada pelos membros presentes e por
15 convidado. Ausências justificadas estarão registradas na lista de presença. Iniciada a
16 reunião, a Senhora Coordenadora *Cristiane Zamari* cumprimenta os presentes, o Senhor
17 *Tiago Leal dos Santos*, Secretário, entrega Lista de Presença para assinatura dos
18 Membros da Comissão. Logo após coloca-se em pauta os itens a serem discutidos para a
19 referida reunião, conforme publicação em Diário Oficial. **1) Apreciação e aprovação das**
20 **Atas das Reuniões dos dias 10/11/2022, 25/01/2023, 16/02/2023 e 02/03/2023. 2)**
21 **Abertura da Reunião com o Representante do CONDEFI Luciano Marques –**
22 **Apresentação breve sobre Acessibilidade nas Escolas. 3) Acessibilidade de**
23 **projetos e obras em andamento das respectivas Secretarias. 4) Assuntos Gerais.**
24 **Item um – Apreciação e aprovação das Atas das Reuniões dos dias 10/11/2022,**
25 **25/01/2023, 16/02/2023 e 02/03/2023.** O Secretário informa aos integrantes presentes
26 que enviou as Atas de das reuniões anteriores de 25/01/2023, 16/02/2023 e 02/03/2023. A
27 Coordenadora pergunta aos presentes se querem que leiam-se as Atas enviadas e por
28 unanimidade os presentes decidem ler posteriormente. Não havendo tempo para
29 efetuarem as leituras, as Atas das Reuniões de 10/11/2022, 25/01/2023, 16/02/2023 e
30 02/03/2023 ficarão para serem aprovadas na Reunião de Maio. **Item dois - Abertura da**
31 **Reunião com o Representante do CONDEFI Luciano Marques – Apresentação breve**
32 **sobre Acessibilidade nas Escolas.** A Senhora *Cristiane Zamari* inicia informando que

33 começará com a apresentação de praxe de aproximadamente trinta minutos sobre temas
34 relevantes sobre inclusão e acessibilidade de uma forma geral, com colaboradores
35 importantes para o nosso município. Aponta que nessa reunião a apresentação ficou para
36 o Senhor *Luciano Marque* representante do CONDEFI na CPA e também Vice-presidente
37 do CONDEFI, que fará de forma breve a apresentação das visitas feitas em escolas
38 públicas da cidade, solicitadas pelo Ouvidor do Município. O Senhor *Luciano Marques* do
39 CONDEFI inicia sua fala cumprimentando a todos e agradecendo a oportunidade de
40 estreitar na CPA que já é um sonho de consumo do movimento das pessoas com
41 Deficiência. Menciona que São Paulo saiu na frente há muitos anos, na baixada temos
42 São Vicente e entende que faltava em Santos, por ser a CPA um instrumento de muita
43 relevância para o movimento da Pessoa com Deficiência. Explica que a pedido do
44 Ouvidor fez recentemente uma Vistoria em uma Unidade de Ensino, a UME Andradas, no
45 BNH no bairro de Aparecida. Relata que fez uma denúncia de uma situação de uma
46 calçada na cidade com relação ao perigo ao pedestre, particularmente ao pedestre com
47 deficiência visual, tendo o Ouvidor acatado a denúncia e fez as diligências cabíveis para
48 iniciar a mudança daquele processo da calçada. Menciona que ele ficaria empolgado com
49 essa situação e o convidara então para a vistoria pública da reforma do Andradas. O
50 Senhor Luciano continua relatando que na Escola teve contato com dois Engenheiros que
51 o recebeu lá como Conselho, bem como a comunidade que irá utilizar aquela Unidade
52 Educacional. Foram lá no início, momento em que havia muitas coisas demolidas e para
53 ele como leigo ficara difícil de analisar. Diante disso o Engenheiro prontamente
54 disponibilizou as Plantas, particularmente às que se referiam as obras de acessibilidade,
55 ou seja, abertura de portas, colocação de piso podotátil, direcional e de alerta, pensando
56 na pessoa com Deficiência visual circulando. Relata que o prédio já havia passado por
57 uma reforma significativa, naquele tempo metade da Escola era ensino fundamental
58 municipal e a outra metade ensino médio Estadual, contudo parece que atualmente houve
59 ma unificação para Ensino Fundamental em toda a unidade. Relata que teve o prazer de
60 conhecer o ouvidor estudantil, um rapaz muito simpático e interessado, morador do BNH,
61 que fez questionamentos pertinentes aos Engenheiros. Conta que esse Projeto da Escola
62 Acessível, do ponto de vista arquitetônico, começou há um tempo com o Projeto
63 CONDEFI nas Escolas. Falando de inclusão nas Escolas, é obvio que não se trata só de
64 banheiro grande, rampa e de porta com mais de oitenta centímetros de largura. Estamos
65 falando também de acessibilidade atitudinal, acessibilidade comunicacional e

66 acessibilidade arquitetônica que era o objetivo do Projeto CONDEFI nas Escolas. Conta
67 que observa olhando de fora da situação que há sempre um dedo apontado para o
68 professor, sendo ele tido como o culpado pela inclusão não acontecer nas Escolas.
69 Menciona falas genéricas como: “o professor não está preparado, não se esforça, o
70 professor não pesquisa, o professor está com má vontade”. Por que o professor,
71 questiona. Pergunta ainda que quem disse que é o professor o responsável pela inclusão
72 ou acessibilidade na Educação. Complementa que o professor é uma pessoa muito
73 importante nesse processo, mas o processo começa lá atrás com o Secretário de
74 Educação, com os Secretários Adjuntos, com a Equipe técnica da Educação, com a
75 Diretora da Escola, com a Diretora Pedagógica, Coordenadora, com os Professores, com
76 o Merendeiro, o Porteiro e principalmente com a família das pessoas com Deficiência. O
77 Projeto CONDEFI nas Escolas visava isso, reunir todos naquela Unidade, família, aluno,
78 professores, funcionários, a diretora, enfim. Teve Escolas que virou um Evento, não era
79 nem mais uma Palestra. Tinha direito a salgadinho, café, bolacha etc. Foi bem
80 interessante. Começou com os EJAs (Educação de Jovens e Adultos), era sempre a noite
81 que íamos nessas Escolas. Chegamos a fazer aproximadamente umas dez Escolas. Nós
82 já íamos para além do bate papo, olho no olho, distribuir a responsabilidade da inclusão, a
83 gente fixava na questão da mobilidade. Já entrávamos na Escola com esse olhar de
84 observar degraus, buracos e o entorno. Cita que já aconteceu de, por exemplo, colocarem
85 um banheiro adaptado no primeiro andar, mas não ter elevador no prédio. Exemplifica que
86 a Escola está toda acessível, mas questiona como que se chegará lá, o transporte estaria
87 acessível. Menciona que em Santos cem por cento da frota é acessível desde dois mil e
88 doze. Chegando à Escola, desce do ônibus e tem que andar uns metros para chegar no
89 portão de entrada da Escola, situação que aponta o início dos problemas. Quando o
90 CONDEFI vai às Escolas, começa-se a olhar o entorno, é um corredor de ônibus ou não,
91 como o munícipe chega ali, a criança particularmente, se é jovem, é independente, vai
92 com a mãe ou o pai, mas tem dificuldade de deambulação, como se chega lá, questiona.
93 A Escola ali nem sempre está acessível, a classe dele é embaixo e a biblioteca em cima,
94 sem elevador, por exemplo. Não dá para fazer medidas paliativas e colocar em risco a
95 vida do próximo, então essa era nossa preocupação nesse projeto. O Projeto CONDEFI
96 nas Escolas era uma forma de fazer uma história mais específica, arquitetônica, seguindo
97 a NBR 9050. Fazíamos o compartilhamento, não só da inclusão como um todo, mas era
98 algo leve, sem o peso de apontar o dedo para os erros em si. Das histórias eram feitos

99 relatórios da questão atitudinal em relação à equipe, a família dos alunos da escola. Os
100 alunos por, serem jovens e alguns adultos, se manifestavam voluntariamente nas
101 reuniões pedindo a palavra para relatar suas questões pessoais. Naquele momento além
102 de nós contribuímos com a inclusão como um todo, também contribuíamos com a
103 Secretaria de Educação trazendo dicas. Entende que são muitos locais para serem
104 visitados e muitas vezes não há tempo para se realizar tudo, mas é preciso oportunizar a
105 retomada de um Projeto como esse para fazer valer, seja pela CPA, seja pela Educação.
106 Relata que ficou muito feliz com a oportunidade dada pelo Ouvidor que se comprometeu
107 publicamente em nos convidar mais para frente, quando estiverem no acabamento da
108 obra, para que possamos de fato verificar o que estava na planta com aquilo que está
109 realmente ali papável. Acredita que é aguarda os próximos convites porque o Ouvidor
110 gostou de nossa participação, pois de alguma forma contribuimos e a própria comunidade
111 aparentou se sentir representada. E nem falamos em cadeirantes lá no Andradas, pois a
112 Unidade tem elevador da outra reforma e é tranquila com relação a essa acessibilidade
113 em relação aos vãos livres. Menciona que sua preocupação estava mais relacionada ao
114 Deficiente Visual. Comenta que é comum o esquecimento dessa acessibilidade em
115 relação aos pisos táteis e direcionais e conta que foi ao Emissário, entregue após anos de
116 reforma. Foi aberto ao público e não viu nada lá para o cego, para o cadeirante encontrou
117 falha em uma espécie de palquinho relacionado aos corrimãos que acabou virando um
118 bicicletário. Para chegar lá há uma rampa sem corrimão fora do padrão de inclinação. E
119 não viu brinquedo acessível para crianças. Sugere aos presentes uma tarefa para CPA,
120 pois embora irá se entregar o resto do parque, mas nesse momento, aberto ao público
121 parcialmente, o público com Deficiência não pode utilizar do espaço. Convida os
122 Presentes para uma Fiscalização no VLT que será realizada pelo CONDEFI em vinte e
123 seis de abril às nove e trinta da manhã. Irão do Porto até a Nossa Senhora de Lourdes,
124 vistoriando estação por estação, pois em dois mil e dezoito fora realizada uma vistoria,
125 com relatório de tudo que estava faltando e depois de cinco anos querem ver o que
126 avançou e o que não avançou. O problema não é o veículo, que é excelente em termos
127 de acessibilidade, tanto arquitetônica como comunicacional, o problema é o entorno da
128 estação e a Estação. O Senhor *Luciano Marque* encerra sua fala. A Senhora *Cristiane*
129 *Zamari* agradece ao Senhor Luciano pela apresentação e colocações e comenta que a
130 CPA está justamente para fazer esse planejamento de projetos e de execuções citadas.
131 Tudo isso envolve CET, SEDUC, SIEDI, SESERP, praticamente todas as Secretarias. E

132 na CPA temos também SMS, SEMES, SEECTUR, representante do CAU, tendo inúmeras
133 possibilidades de trabalhar em conjunto. Quando se fala em vistorias em Escolas, não
134 estamos apenas falando da SEDUC, mas também das Edificações, Serviços Públicos e
135 para isso precisamos unir forças com o CONDEFI e reforçando o que fora dito,
136 precisamos trabalhar em conjunto para ver a Acessibilidade de fato acontecer na cidade,
137 porque ninguém faz inclusão e acessibilidade sozinho. **Item três - Acessibilidade de**
138 **projetos e obras em andamento das respectivas Secretarias.** A Senhora Cristiane
139 Zamari menciona que na última reunião conversou com a senhora *Luciana Cabral de*
140 *Castro* da SIEDI se poderia trazer alguns princípios legais a respeito da Acessibilidade
141 perpassar a questão do tombamento, para ser falado sobre o desenho universal que deve
142 ser priorizado, as adaptações razoáveis quando não for possível o desenho universal em
143 sua totalidade e a chama para saber se trouxe algum caso concreto. A Senhora *Luciana*
144 *Cabral de Castro* fala que trouxe dois casos que sempre ocorrem em seu Departamento.
145 Menciona que representa as obras particulares, faz o licenciamento dessas obras lá no
146 DECONTI e às vezes acontecem em alguns casos que a legislação pode dar uma outra
147 interpretação. Conta que falou com a *Cristiane Zamari* se poderia trazer para a discussão
148 em conjunto a dúvida que departamento tem. Alega que o caso trazido não é exatamente
149 o que queria trazer, mas é análogo. Começa por uma empresa solicitando alvará de
150 funcionamento, não é um processo que é da SIEDI, nasceu na SEFIN, mas perpassa por
151 várias por várias secretarias. Explica que na Secretaria de obras é vista a questão da
152 segurança do edifício e de Acessibilidade. Começa a expor a questão arquitetônica, pois
153 se trata de móveis antigos já consolidados há anos. São processos com pedido de alvará
154 de funcionamento provisório que ficam na dependência de nossa avaliação e geralmente
155 a Secretaria de Obras pede pelo indeferimento porque não atendem os requisitos totais,
156 inviabilizando uma série de empresas no município. Esse exemplo que traz se trata de
157 escritório de advocacia na sobreloja. Sendo um edifício antigo, principalmente no Centro,
158 que não atende Acessibilidade. No DECONTI é dado como indeferido. Diante disso, a
159 Senhora Luciana pergunta aos presentes se é possível ter uma apreciação que possa ser
160 usada para os demais casos análogos que ocorrem no Departamento, pois crê que ao pé
161 da letra da lei não seria possível, porém se for pensado no princípio da razoabilidade
162 talvez. A Coordenadora relembra de algo já discutido sobre obra no Centro que não havia
163 recuo, nem a menor condição de adaptar, pois a construção foi realizada há muitos anos,
164 sem elevador e acessibilidade porque não era algo pensado para a época nesse tipo de

165 construção. Mas não é possível mais se aceitar isso hoje em obras novas. A Senhora
166 *Luciana Cabral de Castro* pede atenção dos presentes e solicita que conste em Ata três
167 questionamentos que fará aos presentes com a finalidade de possibilitar a atuação em
168 casos análogos. Primeira questão seria sobre a Liberação de Alvará de Funcionamento
169 nos Edifícios Consolidados à empresas que declaram possuir menos de cem funcionários
170 e apenas o pavimento térreo atende a acessibilidade completa ao público. Os presentes
171 se manifestam que é razoável essa situação de conceder alvará se o pavimento térreo for
172 acessível ao público. O segundo questionamento seria sobre Escolas que alegam ter os
173 mesmos usos em espaços acessíveis no térreo e em outros pavimentos não acessíveis.
174 Se no pavimento superior tem Sala de Música, no térreo acessível também teria, por
175 exemplo. Em situações como essa o Fiscal vai ao local conferir se de fato os usos são os
176 mesmos em todos os pavimentos. Questiona-se sobre qual seria o período de fiscalização
177 para verificar se isso estaria sendo cumprido em todos os anos. Não soube precisar o
178 período, mas alega que para renovação do Alvará de funcionamento é revista a
179 documentação. Para essa situação ficou acordado de repassar o questionamento ao
180 representante da SEFIN que atua como Fiscal. O terceiro questionamento seria sobre
181 Escritório ou qualquer tipo de uso coletivo no andar superior em imóveis que são
182 impraticáveis a acessibilidade, no Centro por exemplo, a ideia é reduzir esse parecer
183 favorável aos imóveis do Centro. Seria o exemplo comentado do Escritório de Advocacia
184 dentro de um prédio histórico no Centro de Santos ou de qualquer outro tipo de empresa
185 para locais inacessíveis, pois se dão por meio apenas de escadarias. Comenta-se da
186 possibilidade da criação de um meio legal por portaria ou decreto que normatize muito
187 bem essa situação de isenção de cumprimento desse tipo de acessibilidade arquitetônica,
188 sem deixar de lado outras acessibilidades possíveis. O Senhor *Daniel Passos Proença* do
189 CAU pede a palavra e aponta duas questões. Primeiro, questiona se estão propondo a
190 restrição da área APC (área de proteção cultural), que está definida em Mapa, está de
191 acordo com o CONDEPASA, já existe um horizonte de número de edificações na cidade
192 dentro desse critério. Segundo ponto é que a Lei é Federal e estão falando de uma
193 comissão de caráter municipal, por isso entende ser oportuno fazer uma consulta, porque
194 de repente um Departamento se baseia em um consenso de uma comissão de caráter
195 municipal e um munícipe, por exemplo, se sente lesado com aquilo, e pode entrar com
196 uma ação contra a Prefeitura porque esta concedeu um Alvará e ele não pode entrar em
197 um escritório. Entende que a comissão precisa ter esse cuidado pois a Lei é fria, e mesmo

198 que o Prefeito tenha o máximo de interesse em resolver essa questão de ocupar o Centro
199 Histórico, situação latente e desesperadora, mas não deve ser a qualquer custo, porque
200 temos uma legislação federal que determina as coisas, então não caberá ao municipal
201 com toda boa intenção resolver um assunto mais pontual. Precisa de um respaldo do
202 jurídico para ver se é possível que a CPA através de um entendimento possa respaldar
203 um Departamento a conceder um Alvará. A Senhora *Luciana Cabral de Castro* diz ter mais
204 uma situação a apontar sobre os pequenos conjuntos habitacionais que a nova lei diz que
205 tem que ter elevador interno, pois devem ter previsão de adaptação. São geralmente oito
206 sobradinhos, ao invés de serem feitos prédios de três andares, dividido por andar, fatiam
207 ao contrário, proporcionando uma entrada para cada um. São geminados, mas são tidos
208 como pluri-habitacionais por terem uma entrada única, um único emplacamento, são
209 como prédios pequenos horizontais, mas os apartamentos tem escada, são
210 assobradados. Condomínio horizontal assobradado, define o Senhor *Daniel Proença*. A
211 Senhora *Luciana* agradece e continua a mencionar que esses são casos de projetos
212 muito pequenos e quando é pedido para ter a previsão de um elevador parece
213 impraticável. O que se pede é que, caso os presentes concordem, se tenha uma
214 porcentagem para eles serem adaptados e não todos porque inviabilizaria. O Senhor
215 *Daniel Proença* sugere que esse caso não está se enquadrando aos pluri-habitacionais de
216 maior envergadura, ou seja ele é aprovado adaptável e a construtora se responsabiliza,
217 em caso durante a construção seja solicitado uma unidade, duas unidades ou todas
218 unidades adaptadas ou seja o comprador dele seja cem por cento de cadeirante, ou se for
219 só um o projeto já prevê adaptação. A Senhora *Luciana* diz que eles não conseguem
220 prevê a possibilidade de todas as unidades serem adaptáveis, esse é a questão que foi
221 pedida para ser trazida pela Senhora *Fernanda Alarcon*. O *Daniel Proença* argumenta que
222 os profissionais da Arquitetura como ele precisam a todo o momento fazer verdadeiras
223 mágicas para atender seus clientes que dispõe cada vez menos áreas para construção e
224 precisam adaptar seus projetos dentro da Lei. A questão é que qualquer projeto adaptável
225 vai precisar de mais espaço porque você está agregando novos equipamentos. *Luciana*
226 questiona como eles podem fazer para resolver esse desenho de um apartamento dessas
227 casinhas adaptáveis, ele elimina um dos quartos e ali passaria o elevador. Para diminuir o
228 número de cômodos o Decreto diz só a partir de setenta metros quadrados, e o que
229 acontece é que eles têm mais de setenta metros, mas não conseguem eliminar um
230 cômodo. Para ser adaptável, não é que vão adaptar, eles vão deixar a possibilidade de

231 adaptar, como eles são assobradados eles vão ter que deixar um elevador em cada um, e
232 esse elevador é um espaço enorme, então eles subtraem um cômodo. Para mostrar a
233 planta do adaptável, tem um quarto a menos e o banheiro que eram dois fica um só. Eles
234 até conseguem resolver, só até setenta metros quadrados. Devem diminuir cômodos, diz
235 o decreto. Eles têm um pouquinho mais por causa da garagem, mas não dá para subtrair
236 cômodo. Diz que o Ministério Público pode dizer para diminuir uma casinha, faz uma a
237 menos. O Senhor *Daniel Proença* conclui que a resposta existe e está aí, que infelizmente
238 a resposta é essa. Todos acabam tentando minimizar o problema, mas a nova realidade
239 está aí. Precisa-se ser pensado o contrário, em vez da questão econômica apenas que é
240 importante, mas que a partir de certo ponto nós já temos a consciência de que, por
241 exemplo, se entrar no carro já coloca o cinto de segurança, antes não se tinha essa
242 consciência, tentava-se burlar de todas as formas e maneiras, hoje em dia fica
243 insuportável ficar dentro de um carro sem o cinto, pois fazem um som horrível e os
244 carros estão totalmente adaptados para isso, pois se entende que sinto de segurança é
245 importante na vida das pessoas. Da mesma forma se dá a Acessibilidade, mesmo
246 havendo um pouco de perda no espaço, todos já terão que se adaptar a essa nova
247 realidade da Acessibilidade estar presente. Não adianta tentar dar uma canetada, pois a
248 Lei não permite isso, já está aí clara, não dá essa brecha. Tratando-se de uma obra nova,
249 não há como dizer que é inexecutável. Outros casos já estão construídos. A tendência é
250 que seja absorvido, pois se diria que antigamente conseguia-se fazer oito casinhas, hoje
251 são sete. E se dirá, quer vender ou não seu terreno, quer construir ou não. Será uma
252 nova realidade. Quem assumir o negócio já o assume executável. Eles já assumem a
253 possibilidade de fazê-lo. Para projetos acessíveis deverá pelo menos haver o adaptável.

254 **Item quatro - Assuntos Gerais.** A Coordenadora inicia a abordagem desse item abrindo
255 aos presentes para trazerem seus apontamentos. **4.1) Item quatro ponto um – Informar**
256 **sobre Reunião do CONDEPASA a respeito de reforma de Cemitério:** O Senhor
257 *Vanderlei Hassan* da SECULT informa que na próxima reunião do CONDEPASA vai ser
258 pautado um projeto de colocação de piso no Cemitério do Paquetá, a cargo do Projeto da
259 SESERP, perguntaram sobre tombamento e o que é tombado são algumas campas,
260 jazigos e o portal da capela, mas o piso não é tombado. O Projeto veio e contempla a
261 Acessibilidade, contempla piso podotátil, projeto será pautado e aprovado. **4.2) Item**
262 **quatro ponto dois – Questionamento sobre como agendar com o CONDEPASA para**
263 **falar sobre Acessibilidade na Estação da Cidadania:** O Senhor Luciano Marques

264 pergunta aos presentes como o CONDEFI faz para agendar com o CONDEPASA uma
265 reunião para mostrar um Projeto feito por arquiteta da SESERP de Acessibilidade para
266 rampa de acesso à Estação da Cidadania, e quem poderia ser chamado para conversar
267 sobre o caso. O Senhor *Vanderlei Hassan* informa que a comissão se reúne de quinze em
268 quinze dias, ele deverá conversar com os técnicos de apoio, informa que estão de portas
269 abertas e disponíveis a qualquer dia, ficando no terceiro andar do teatro municipal Braz
270 Cubas, pedindo apenas para fazer ligação prévia para marcar. **4.3) Item quatro ponto**
271 **três – Apresentação da nova integrante da SESERP Daniella Naomi Yamana:** A
272 Senhora Daniella Naomi Yamana da SESERP se apresenta aos presentes e menciona
273 que está se inteirando e trabalhando em alguns Projetos como a Ponte Edgar Perdigão. A
274 *Cristiane Zamari* solicita que ela traga uma breve apresentação para a reunião de Maio.
275 **4.4) Item quatro ponto quatro – Observação sobre trecho inacabado próximo de**
276 **obra do VLT na Amador Bueno:** O Senhor *Wilson Roberto dos Reis* da SEMES tem
277 uma dúvida sobre as rampas da Amador Bueno com a Frei Gaspar, parecendo-lhe trecho
278 de obra do VLT. Ele manifesta sua insatisfação porque as rampas anteriormente estavam
279 perfeitas para cadeirantes. Mas agora após as obras está inadequada e não se consegue
280 subir. Alega que parece que a parte da rampa já estaria concluída, mesmo faltando outras
281 intervenções para esta obra. A Coordenadora pergunta se há como intervir nessa obra do
282 Estado. Mencionam-se que a CET acompanha, dependendo do que for, alguma secretaria
283 da Prefeitura também acompanha. **Encaminhamento:** Foi dado o seguinte
284 encaminhamento: A respeito do Item quatro ponto três, a Senhora *Daniella Naomi*
285 *Yamana* da SESERP fará apresentação de Projetos de Acessibilidade de sua Secretaria
286 na próxima reunião de maio. Sem mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião às
287 dezesseis horas e vinte e sete minutos e eu, Tiago Leal dos Santos, Secretário, lavro a
288 presente ata que vai assinada por mim e pela Senhora Coordenadora. Santos, 20 de abril
289 de 2023.

290
291
292
293
294

CRISTIANE ZAMARI
Coordenadora da CPA

TIAGO LEAL DOS SANTOS
Secretário da CPA